

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-047

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2ª fase – Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL)

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
513417010	REDE DLBC LISBOA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE LISBOA
Morada (Sede Social)	FORÚM LISBOA, AVENIDA DE ROMA Nº 14 P
Código Postal	Localidade
1000-265	LISBOA
NUT III	NUT II
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
Telefone	E-mail
919399060	rededlbclisboa@gmail.com
Telefax	

URL

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Rui Neves Bochmann Franco

Cargo Responsável

representante da CML na Rede DLBC Lisboa

Serviço/Departamento

Comissão Instaladora da Rede DLBC Lisboa

Telefone Responsável

919399060

Telemóvel Responsável

919399060

Email Responsável

desenvolvimentolocal@cm-lisboa.pt

Email Alternativo

rui.franco@cm-lisboa.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A Rede DLBC Lisboa é constituída por entidades com missões e intervenções diversificadas cuja atuação responde a necessidades transdisciplinares e transversais no tecido social de Lisboa. Articulando este conjunto de competências e recursos complementares converge no interesse comum de promover o desenvolvimento local e comunitário da cidade de Lisboa. A sua organização formal em modelo associativo reflete o espírito de entreatajuda e partilha de responsabilidades, são membros associações locais (51%), autarquias (10%), organizações de âmbito nacional (24%), fundações (3%) organizações de âmbito regional ou concelhio (6%) e estabelecimentos de ensino superior ou relacionados com a investigação (6%). A diversidade das organizações associadas demonstra a abrangência das temáticas e as suas práticas dirigidas a: empresas, microempresários e desempregados, às crianças, jovens e às pessoas mais velhas, aos moradores, suas famílias e restante comunidade, às pessoas com deficiência, aos emigrantes e de diferentes etnias, à comunidade escolar, desportiva e cultural, aos consumidores de substâncias aditivas, aos sem teto e sem abrigo, às vítimas de discriminação e abuso, e outras situações promotoras de discriminação e marginalização social. A inovação social desenvolvida pelos diversos associados nos últimos anos, constitui um autêntico capital social mobilizável para orientar futuras ações de intervenção nos territórios BIP/ZIP de Lisboa. Em documento anexo é realizado um breve resumo de algumas das experiências demonstrativas da capacidade de execução e inovação dos associados da Rede DLBC Lisboa comprovando o elevado sentido de eficácia e de eficiência nas ações levadas a efeito. A Rede DLBC Lisboa reúne várias dimensões organizacionais. Um elevado número de associados têm estatuto e perfil institucional reconhecido pelas entidades gestoras de fundos públicos e revelam experiência de gestão e de otimização de recursos, quer na vertente estratégica e operacional, quer na dimensão mais financeira. São várias as entidades: Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia dos territórios a abranger nesta candidatura, AIP, SCMLisboa, a Fundação Aga Khan, a EAPN Portugal, a TESE, a Animar, entre outras, que assumiram a gestão de programas de âmbito ou nacional ou sectorial e que implicaram uma atuação de monitorização e de acompanhamento a projetos locais dinamizados por entidades das suas áreas de influência. Outras entidades como a Fundação Gulbenkian são também parceiros formais da Rede DLBC Lisboa refletindo a capacidade de mobilização que esta Rede assumiu. A experiência das parcerias BIP/ZIP - além do capital de experiência e conhecimento das organizações associadas da Rede DLBC Lisboa em matéria de desenvolvimento comunitário, que resulta, entre outros fatores, da presença em diferentes contextos da cidade de Lisboa, importa relevar – na perspetiva da dinamização de parcerias – os processos de interação que se estabeleceram entre tecidos institucionais locais e as próprias comunidades, no âmbito do Programa BIP/ZIP. Com efeito, para a concretização da Estratégia BIP/ZIP de Desenvolvimento Local foi constituída no município uma equipa BIP/ZIP, que assumiu a missão de monitorizar e articular, nos territórios, as diversas estratégias, programas, planos, projetos e ações, desenvolvidas pelos diferentes pelouros municipais, serviços e empresas municipais. Esta estratégia assentou em dois eixos fundamentais. Por um lado, no fomento da participação comunitária, incentivando a auto-organização e potenciando o empreendedorismo e a iniciativa local. Por outro, na criação de uma estrutura de coordenação local, os Gabinetes Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), que assumiram a de coordenar o planeamento e a gestão urbanística do território a partir de uma metodologia “bottom-up”, empenhada em incluir nos processos de todos os intervenientes (entidades autárquicas, atores locais e populações). Nestes processos, a CML promoveu e financiou fóruns de participação, mobilizando os moradores, promovendo reuniões e incentivando a criação de grupos de trabalho e a formação de parcerias, prestando apoio técnico aos projetos. O programa foi apresentado e divulgado em sessões e workshops, procurando envolver e capacitar as entidades que trabalham ou que pudessem vir a trabalhar nos territórios BIP/ZIP, favorecendo a constituição de parcerias locais e a apresentação e execução de projetos. Em termos orçamentais nas primeiras 4 edições, foi investido um montante a rondar os 6 milhões €, num total de 152 projetos em 67 territórios BIP/ZIP, 742 atividades promovidas localmente por 342 entidades. Deve ainda salientar-se que as 4 edições do programa contaram com um total de 437 candidaturas, que solicitavam um apoio superior a 16 milhões €, proposto no seu conjunto por cerca de 940 organizações.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
509259740	FUNDAÇÃO BENFICA	27/01/2009	01/07/2009	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500051070	MUNICIPIO DE LISBOA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
510910645	ASARSO - Associação de Arquitectura Social	28/11/2013	28/11/2013	94995	Associação
504479024	Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social			94995	Associação
505255693	Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional			88990	Associação
506847160	Freguesia de Alvalade			84113	Autarquia Local
503841560	FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL	30/03/1996	30/03/1996	88990	Fundações Privadas
510857043	Freguesia de Santa Maria Maior			84113	Autarquia Local
502557648	Associação Desportiva e Cultural Encarnação Olivais (Centro Popular)			94991	Associação Desportiva e Cultural
506320871	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL	15/11/2002	15/11/2002	94120	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505483599	CRESCER NA MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO COMUNITARIA	24/07/2001	22/10/2001	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508415110	Freguesia do Lumiar			84113	Autarquia Local
501377662	INSTITUTO DE APOIO A CRIANÇA	14/03/1983	14/03/1983	88990	Entidade equiparada a pessoa coletiva

501914625	ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E INTEGRAÇÃO PSICOSOCIAL	09/10/1987	09/10/1987	87200	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500745471	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	15/08/1498	15/08/1498	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508579384	QUESTÃO DE IGUALDADE-ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO SOCIAL	24/09/2008	22/12/2008	94995	ONG - Organização Não Governamenta
505850117	Associação Auxílio e Amizade			88990	Associação
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamenta
503013862	CONSELHO PORTUGUES PARA OS REFUGIADOS - CPR	20/09/1991	20/09/1991	88990	ONG - Organização Não Governamenta
510245838	Sou Largo CRL			90010	Cooperativa
507493400	Ateliernob - Arquitectura, Design e Urbanismo, Lda			71110	Empresa
510124232	ASSOCIAÇÃO DRESS FOR SUCCESS LISBOA	02/01/2012	16/03/2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501716610	GEOTA - GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE	31/07/1986	31/07/1986	94995	ONG - Organização Não Governamenta
506844536	PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES - ASSOCIAÇÃO	12/11/2004	15/11/2004	94995	ONG - Organização Não Governamenta

503226408	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA	11/08/1993	11/08/1993	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502826134	C.E.S.I.S.-CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL	30/01/1992	12/06/1992	72200	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
502886412	APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil			94995	Associação
510880991	FOS - Associação de Fotografia e Video Participativo			94995	Associação
502784083	Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa			85420	Faculdade
501399003	Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa			85420	Faculdade
509656900	ACI - Associação Centro Interculturalidade			94995	Associação
501313672	ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada			85420	Faculdade
501436677	Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes			94995	
505057042	Clube Internacional Europeu			94991	
502909927	NUCLISOL-JEAN PIAGET-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, A INTEGRAÇÃO E A SOLIDARIEDADE	17/11/1992	01/01/1993	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510854168	Boutique de Cultura - Associação Cultural sem fins lucrativos			90010	Associação Cultural
505985748	ACCL - Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa			94995	
501056246	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	18/10/1977	18/10/1977	88990	ONG - Organização Não Governamental

508587352	Palco de Sombras Lda			59110	Empresa
500929041	MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA (MDV)	02/11/1977	14/01/1988	94993	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507330609	Freguesia de Marvila			84113	Autarquia Local
507401778	Freguesia do Beato			84113	Autarquia Local
506810496	FREGUESIA DE CAMPOLIDE	07/02/1959	07/02/1959	84113	Autarquias Locais
501784730	CON.PRO-CONSULTORIA E PROJECTOS LDA	30/10/1986	30/10/1986	70220	Sociedades Comerciais
505007690	AGIR XXI - Associação para a Inclusão Social			94995	ONG - Organização Não Governamenta I
508110980	Associação Lusofonia Cultura e Cidadania			94995	ONG - Organização Não Governamenta I
503777331	Associação ILGA Portugal			94995	ONG - Organização Não Governamenta I
503169030	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	17/09/1993	01/01/1994	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
508230217	SEACoop - SOCIAL ENTREPRENEURS AGENCY, CRL	22/08/2007	04/09/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504922548	PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural			88990	Associação

504298372	Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Loios			94995	ONG - Organização Não Governamental
504160150	ASSOCIAÇÃO HUMANIDADES	23/01/1998	21/03/2006	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503007676	CENTRO PADRE ALVES CORREIA	13/10/1992	14/10/1992	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502121637	O COMPANHEIRO-ASSOCIAÇÃO DE FRATERNIDADE CRISTÃ	27/12/1988	02/05/1989	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501601163	ASSOCIAÇÃO DIANOVA PORTUGAL - INTERVENÇÃO EM TOXICODEPENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	18/07/1984	18/07/1984	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501808272	ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - AGUINENSO	17/02/1987	14/07/1987	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

502309210	Clube de Rugby São Miguel			93192	Associação
506007910	TESE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	28/10/2002	30/12/2002	94120	ONG - Organização Não Governamenta I
502507764	ADM ESTRELA - ASSOCIAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	04/12/1989	04/12/1989	87301	ONG - Organização Não Governamenta I
513285857	Associação Localsapproach			94995	Associação
507228537	Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social, CRL			94991	
510204317	Associação de Moradores do Bairro 2 de Maio			85593	Associação
504883526	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E INSERÇÃO CRL	16/03/2000	16/03/2000	85593	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
505393956	PASSO A PASSO COM A CRIANÇA E A FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL	05/04/2001	20/12/2002	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510372643	Associação CLIPRD	04/10/2012		94995	Associação
510341616	Associação Socio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da Penha de França - Os Fidalgos da Penha			94991	Associação
509005276	Caixa de Mitos, Lda			82990	Empresa
500852006	ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	16/08/1882	01/01/1882	85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510703658	MILACESSOS - COOPERATIVA DE SERVIÇOS E SOLIDÁRIEDADE SOCIAL CRL	04/06/2013	12/06/2013	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
510856918	FREGUESIA DE ESTRELA	08/11/2012	30/09/2013	84113	Autarquias Locais

507307925	Procur.Arte Associação Cultural e Social			94991	Associação
503166650	ARISCO - INSTITUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	16/11/1993	28/10/2009	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510510507	Associação Viver Telheiras - Centro de Convergência de Telheiras			94995	Associação
503483877	GRUPO DE ACÇÃO COMUNITARIA (G.A.C.)	22/05/1995	22/05/1995	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507143841	INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA	13/12/2004	12/04/2005	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510470599	BADL BAIROS - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	11/12/2012	01/01/2013	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
505023652	Os Filhos de Lumière - Associação Cultural			59110	Associação
510146104	ASSOCIAÇÃO SAPANA	20/01/2012	20/01/2012	88990	ONG - Organização Não Governamental
506602222	FREGUESIA DE BENFICA		13/02/2015	84113	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
502690020	ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda			94995	Associação

501717773	ATLA - Associação de Tempos Livres de Alfama			88990	Associação
502690453	Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária			94995	
503019410	G.E.I.C - Grupo Experimental de Intervenção Cultural			94995	
504024825	Casa das Cenas - Associação Juvenil			94995	Associação
505203731	Freguesia de São Domingos de Benfica			84113	Autarquias Locais
503170151	ABRAÇO, Associação de apoio a pessoas com VIH/SIDA			94995	Associação
503335401	FUNDAÇÃO PORTUGUESA "A COMUNIDADE CONTRA A SIDA"	29/12/1993	29/12/1993	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508765404	Associação Casa da Achada - Centro Mário Dionísio			94991	Associação
508045940	Team Mais Unipessoal, Lda.			85591	Empresa
505207117	Freguesia de Carnide			84113	Autarquias Locais
510191894	Wakeseed - Associação			94991	Associação
505954702	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	10/11/1977	10/11/1977	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
510356931	FAMALIS - Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa			94995	Associação
500825840	CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS	19/05/1978	01/01/1989	72200	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500745684	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	05/07/1956	18/07/1956	94991	Fundações Privadas
509936245	ASCULP - Associação Cultura e Cidadania de Língua Portuguesa			94995	Associação

503404756	CAIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	20/05/1994	22/06/2006	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504287311	MSV Movimento ao Serviço da Vida			94995	Associação
500331049	CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CRL			87302	Cooperativa
508128439	ASSOCIAÇÃO TERRA DOS SONHOS	01/06/2007	01/06/2007	94993	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500927693	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR-DECO	12/02/1974	12/02/1974	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507416520	PCI - Paramédicos de catástrofe Internacional - ONGD			94995	
507057406	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem			87901	Associação
507001460	Freguesia dos Olivais			84113	Autarquias Locais
505205424	REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS	27/10/2000	18/01/2001	94995	ONG - Organização Não Governamental
502326930	Fundação Cidade de Lisboa			94991	Fundação
506596150	APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger			94995	Associação
501390642	CASA PIA DE LISBOA	06/12/1948	06/12/1948	87901	Institutos Públicos
500335940	Chebadol-Cooperativa de Habitação e Construção Económica do Bairro Dona Leonor CRL			41100	Cooperativa

508836956	Associação de Actividade Motora Adaptada (A.A.M.A)			94995	Associação
504669338	LINADEM Liga para o Estudo e Apoio à Inserção Social			88102	Associação
501684115	TC - Teatro De Carnide - Sociedade Dramática			94991	
500989575	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA	24/07/1967	24/07/1967	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503997463	FNERDM - Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais			94995	
513195769	Famílias Diferentes - Associação de Solidariedade Social		28/07/2014	88990	Associação
510676960	Acesso Cultura, Associação Cultural		26/04/2013	94995	Associação
500259518	SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICENCIA A VOZ DO OPERÁRIO	12/02/1926	13/02/1883	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509729843	Profundamente - Associação para a Promoção da Saúde e Condição Humana no Envelhecimento		10/02/2011	86906	Associação
506743594	Associação para o Desenvolvimento do Desporto Jovem - ADDJ		14/07/2004	93192	Associação
507807987	FUNDAÇÃO S. JOÃO DE DEUS	27/12/2006	01/01/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

500745749	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	24/11/1947	24/11/1947	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509879098	A.A.D.R.N. - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DOMICÍLIO DO RECÉM-NASCIDO	21/06/2011	21/06/2011	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508967759	Associação Cultural, Artística e Educativa Cafivenções	26/04/2009		94991	
509959695	Associação Jorge Pina		27/07/2011	94995	
504772279	Associação dos Amigos da Fundação Internacional Yehudi Mehunin em Portuga		27/01/2000	94991	Associação

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

Grupo Ação Local

Urbano

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa		100,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A cidade de Lisboa caracteriza-se por uma diversidade de contextos socioeconómicos, que estabelecem, de um ponto de vista territorial, uma diferenciação relevante em diversos indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais, comprometendo os níveis de coesão social.

Como referido na primeira fase da candidatura, o mapeamento destes indicadores, pela CML, permitiu identificar um desnível que diferencia um conjunto de bairros – designados por Bairros e Territórios de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) – cuja situação social, em diversos indicadores analisados, é desfavorável face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa.

Estes territórios representam cerca de 35% da população residente em Lisboa, o que significa que um em cada três habitantes da cidade mora em territórios BIP/ZIP. Trata-se de unidades cuja dimensão se situa

entre a escala de um bairro e a de uma aglomeração de bairros, o que dificulta, na análise de indicadores, a caracterização fina exaustiva destas áreas urbanas. De facto, a maioria dos dados disponíveis não se encontra desagregada a escalas que permitam efectuar, com maior rigor, a caracterização destes territórios. A estratégia adoptada para ultrapassar este constrangimento, tendo em vista ilustrar a desvantagem socio-urbanística comparativa dos territórios BIP/ZIP, face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa, passa por considerar duas opções de apuramento de dados. Por um lado, e sempre que possível, através do cálculo georeferenciado de áreas (delimitando o perímetro dos territórios BIP/ZIP); por outro, pela identificação de freguesias-tipo, ilustrativas da situação social que caracteriza os territórios BIP/ZIP. Isto é, freguesias em que prevalecem – pela superfície ocupada e pela população residente – os bairros e territórios de intervenção prioritária (como é o caso das freguesias de Marvila, Santa Clara e Santa Maria Maior). Assim, o exercício de diagnóstico procura evidenciar a natureza cumulativa da fractura sociourbanística na cidade de Lisboa ao nível do Emprego, Educação e Inclusão Social.

Emprego:

Em relação ao emprego e desemprego, os dados disponíveis (Censos 2011), permitem apurar com elevado rigor a situação no conjunto dos territórios BIP/ZIP e, desse modo, estabelecer a clivagem existente face ao conjunto da cidade.

No emprego regista-se uma taxa nos territórios BIP/ZIP situada em três pontos percentuais abaixo da observada em Lisboa. Mas é sobretudo ao nível do desemprego que a diferença é maior. Se na cidade de Lisboa se registava, em 2011, uma taxa de 11,8%, o desemprego nos territórios BIP/ZIP ascendia aos 16,0% (quase cinco pontos percentuais acima da taxa de desemprego observada na capital). Esta diferença é reforçada pelo facto de a percentagem de desempregados residentes nos territórios BIP/ZIP rondar os 50% do total de desempregados da cidade, quando apenas 35% da população de Lisboa reside nestes territórios.

Educação:

Na Educação, um conjunto de indicadores traduz, de forma expressiva, a fractura social existente entre os territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa no seu todo. Trata-se, sobretudo, de uma diferenciação nos níveis de escolaridade atingidos e, numa segunda linha, de dados relativos ao desempenho escolar.

A percentagem de população que não sabe ler nem escrever, por exemplo, é de 5,1% nos territórios BIP/ZIP, dois pontos percentuais acima do valor da cidade (3,0%). E considerando a população que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico, esta diferença amplia-se significativamente: 46% nos territórios BIP/ZIP, ou seja, onze pontos percentuais acima do valor da cidade (35%). A percentagem de população que concluiu o ensino superior é de apenas 15%, enquanto em Lisboa representa 27% da população.

O défice social em termos de níveis de escolarização nas áreas urbanas desfavorecidas, por comparação com os valores que se obtêm para Lisboa no seu todo, são congruentes com as características das populações residentes nos territórios BIP/ZIP, nomeadamente nas zonas de realojamento. De facto, trata-se na maioria dos casos de comunidades realojadas (a residir anteriormente em bairros de barracas, alojamento clandestino ou habitação precária), em que as situações de analfabetismo, insucesso e abandono escolar precoce e desvalorização da escola assumem contornos culturais e geracionais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza e exclusão.

Inclusão social:

No âmbito da pobreza e carência social, a comparação entre as freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa pode ser feita através de três indicadores: Subsídio de Desemprego, Rendimento Social de Inserção (RSI) e Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Os dados referentes ao Subsídio de Desemprego (4º Trim. 2014) revelam nas três freguesias pesos relativos na população residente inferiores aos registados na cidade de Lisboa: 3,3% em Santa Clara, 3,5% em Marvila e 3,1% em Santa Maria Maior, sendo o valor do concelho de 2,7%.

Quando cruzamos esta variável com a população activa desempregada, observa-se que as três freguesias apresentam um maior número de pessoas desempregadas em situação de desprotecção social comparativamente com a cidade, o que revela a situação de debilidade em que se encontram.

Aliás, quando se procede à relação com os dados referentes ao peso percentual de beneficiários de RSI, confirma-se a ideia de que os mecanismos de protecção social se encontram já – nestes territórios – mais ao nível das medidas de combate à pobreza e não no patamar do apoio social no desemprego.

De facto, a proporção de beneficiários de RSI nas freguesias ilustrativas da situação social dos territórios BIP/ZIP, no conjunto da população residente, é superior em qualquer das situações analisadas ao valor obtido para a cidade de Lisboa. Em Santa Clara essa proporção situa-se em cerca de 10,6%, e nas freguesias de Marvila e Santa Maria Maior em cerca de 6,1%. Para Lisboa no seu conjunto, a proporção de beneficiários de RSI na população residente em 2012 é de 3,0%.

A fragilidade das famílias residentes nestas freguesias reflecte-se também quando analisamos os dados relativos aos beneficiários de RSI por idades. sendo a sua incidência maior em Marvila e Santa Clara. no

escalão inferior aos 18 anos, com 37% e 44% respectivamente, revelando a enorme vulnerabilidade e risco de pobreza em que as crianças e jovens se encontram. Em Santa Maria Maior, devido à composição etária da população, a prevalência de beneficiários concentra-se sobretudo nas faixas etárias dos 40-59 anos. Reflectindo diferentes realidades sociodemográficas, registam-se contudo diferenças sintomáticas entre a freguesia de Santa Maria Maior e as freguesias de Santa Clara e Marvila. Se no primeiro caso estamos perante populações desfavorecidas que residem no centro da cidade, revelando níveis de envelhecimento demográfico e uma maior diversidade de situações socioeconómicas (é nesta freguesia que, em regra, os indicadores mais se aproximam dos resultados médios obtidos para a cidade de Lisboa), nos casos de Santa Clara e de Marvila, os traços que caracterizam a situação social reflectem fundamentalmente a especificidade socioeconómica de contextos de realojamento social. Trata-se, de facto, de populações comparativamente menos envelhecidas e simultaneamente mais homogéneas de um ponto de vista social e económico: os desníveis em termos de habilitações escolares, de prevalência e severidade de situações de pobreza, etc. são nestes casos mais pronunciados.

Contudo, e apesar destas diferenças em termos de estrutura etária, o cálculo da percentagem de beneficiários de Complemento Solidário para Idosos face ao total da população residente com 64 e mais anos é revelador, nas três freguesias aqui referidas, da fragilidade social em que se encontra a população mais envelhecida, aproximando-se a percentagem de beneficiários ao dobro do verificado no concelho. No caso de Marvila e Santa Maria Maior, 9% da população com 65 e mais anos é beneficiária do CSI, sendo que em Santa Clara o valor atinge mesmo os 10%.

Tendo sido identificadas as áreas urbanas desfavorecidas de Lisboa, que correspondem aos territórios BIP/ZIP e que confirmam a persistência de uma «fractura socio-urbanística» na cidade, importa situar este quadro de diagnóstico no contexto da recente evolução da situação social e económica de Lisboa.

Entre 2008 e 2013 verificou-se uma redução pronunciada da Taxa de Emprego na região de Lisboa, na ordem dos oito pontos percentuais (de 56,1% em 2008 para 47,9% em 2013). A taxa de desemprego evoluiu também de forma menos favorável na região de Lisboa, por comparação com o país. Em Lisboa, entre 2008 e 2013, a taxa de desemprego aumenta em dez pontos percentuais (de 8,2 para 18,5%), situando-se esse aumento à escala do país na ordem dos oito pontos percentuais (de 7,7 para 16,1%). Não surpreende assim que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego da cidade de Lisboa tenha passado de cerca de 17 mil para mais de 30 mil entre 2008 e 2013, num aumento percentual próximo dos 93% (que compara com os 63% de acréscimo registados no continente).

Os últimos anos são igualmente marcados por uma reconfiguração ao nível das políticas e medidas de protecção social. No que diz respeito ao Abono de Família, por exemplo, a redução no número de beneficiários situa-se, entre 2008 e 2013, na ordem dos 34% na cidade de Lisboa, que compara com uma redução em cerca de 30% no país e na região. Os beneficiários do RSI, por seu turno, diminuem cerca de 24% entre 2012 e 2014 na cidade de Lisboa. No que diz respeito ao CSI, e comparando período homólogo, registou-se uma redução do número de beneficiários entre 2012 e 2014 de cerca 24 pontos percentuais.

Em matéria de educação, no que respeita às taxas de retenção e desistência, regista-se uma redução no ensino básico desde o ano lectivo 2007/08 até 2010/11, invertida por um aumento no ano 2011/12, em cerca de dois pontos percentuais (fixando-se nos 10,7% em 2012/13). Comportamento semelhante foi registado no ensino secundário. Ao nível da Acção Social Escolar, metade das crianças inscritas no ensino pré-escolar, no ano lectivo 2013/14 beneficiava de apoio, naquele que é o valor mais elevado registado desde o ano 2007/08. No 1º ciclo do ensino básico, considerando um período análise de sete anos, 2013/14 corresponde ao ano com a percentagem mais elevada de crianças inscritas a beneficiar de apoio social escolar (48%).

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Desenvolvimento de respostas integradas no âmbito do emprego, educação e inclusão, associadas à cooperação entre organismos do sector público, do sector privado e do Terceiro Sector. A existência de territórios heterogéneos, em termos de contexto, escala e massa crítica, permite ainda considerar o potencial de processos de aprendizagem e partilha, replicabilidade e economia de escala

Principais Ameaças

Principais Pontos Fortes

A diversidade de organizações nos territórios BIP/ZIP e as dinâmicas relacionais existentes, que os projectos permitirão reforçar e disseminar. A experiência BIP/ZIP enquanto instrumento inovador de desenvolvimento local, por combinar intervenções de base comunitária com uma visão de conjunto, estabelecendo sinergias entre as políticas municipais e o dinamismo das parcerias locais

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Risco de ruptura social, reforçado pela actual conjuntura, que poderá limitar a plena consecução dos objectivos a atingir. A natureza estrutural das situações de carência e desfavorecimento que caracterizam os territórios BIP/ZIP, não só acentuam a dificuldade em ultrapassar problemas, como estão por vezes dependentes de questões críticas nas quais os projectos não intervêm, como por exemplo acessibilidades ou qualificação urbanística

Principais Pontos Fracos

A situação de profunda exclusão no conjunto de territórios BIP/ZIP, sobretudo em termos de níveis de escolarização e desemprego, que se diferenciam negativamente do conjunto da cidade. Ao que acresce a forte dependência de apoios sociais, denotativa de formas incrustadas de pobreza e exclusão. Isto é, contextos com desafios muito exigentes para as parcerias e projectos a desenvolver, que implicam grande empenho na concepção de respostas e sua implementação

Considerando o seu modelo conceptual, a presente candidatura permite assinalar elementos relevantes de convergência entre as oportunidades e os pontos fortes identificados. Ao nível, desde logo, das dinâmicas de integração propostas. Isto é, através: do reforço das iniciativas de base local que articulem o sector público, o sector privado e o Terceiro Sector; do fomento de respostas integradas nas áreas do emprego, educação e inclusão social; de um modelo de governação que interliga as iniciativas de base comunitária, nos territórios desfavorecidos, com uma visão de conjunto da cidade.

Esta estratégia confronta-se com as debilidades socio-territoriais em presença, importando identificar as questões críticas e sobre elas agir. Assim, releva-se a necessidade de: fomentar as sinergias entre as estruturas ligadas ao ensino e o tecido produtivo local; elevar os níveis de autonomia, promovendo respostas integradas, sustentáveis e emancipatórias; apoiar o fomento da economia local, reforçando os mecanismos de articulação entre diferentes sectores e circuitos económicos e apostando nos recursos e potencialidades locais; reforçar os níveis de cooperação institucional, de parceria e de participação; estimular o sentimento de pertença, tendo em vista valorizar e capacitar as comunidades por forma a que as mesmas sejam agentes activos da sua inclusão urbana, social e territorial.

Para que se seja possível enfrentar as ameaças, associadas ao acumular de défices ao nível da educação, do emprego e da inclusão social, é necessário que as comunidades valorizem as suas capacidades e as potencialidades existentes, garantindo: o adequado funcionamento dos mecanismos de governação local, de comunicação e de transparência, e fomentando a efectiva participação das populações nos processos de decisão; o alinhamento e compromisso das diferentes organizações com os recursos técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento de projectos; a participação activa dos agentes económicos e empregadores, bem como a sua inclusão na concepção e gestão das estruturas e iniciativas locais; os meios de capacitação e de acompanhamento técnico das parcerias locais e dos projectos, por parte da Rede DLBC, de modo a conceber e implementar respostas adequadas; que as iniciativas dirigidas aos jovens, designadamente nas áreas da educação e emprego, não se circunscrevem aos territórios onde residem, fomentando dinâmicas de mobilidade contrárias ao isolamento face ao tecido urbano envolvente.

O desfavorecimento dos territórios BIP/ZIP, aliado às dificuldades persistentes sentidas pelas comunidades (e reforçadas por um contexto adverso), obriga a agir sobre alguns riscos, evitando: a ausência de respostas e opções no desenvolvimento de projectos de vida, sobretudo ao nível da desistência de percursos educativos e da inexistência de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo; o predomínio das lógicas de mitigação da pobreza e dependência, fomentando lógicas de integração e emancipação; a clivagem entre agentes económicos e as populações, incentivando o encontro entre as iniciativas empresariais e a procura de emprego. Paralelamente, importa incentivar os projectos dirigidos à população jovem, reduzindo o risco de reprodução geracional da exclusão e apostando nas áreas do emprego, da educação e da inclusão por forma a contrariar – através da melhoria da situação social e económica – os défices de acessibilidade e de verdadeira inclusão urbana.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A candidatura, cujo enfoque territorial aponta para o conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), tem como principal objetivo contribuir para a redução da fratura socio-urbanística identificada na cidade de Lisboa. Assim, tendo presentes os domínios de atuação estabelecidos no âmbito do «Desenvolvimento Local de Base Comunitária», enquadrado na implementação do «Portugal2020» e que aponta para «a promoção da inclusão social, através do combate a problemas de pobreza, de exclusão social e de abandono escolar», assume-se que este objectivo essencial é alcançado através de três vertentes: a) aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais; b) elevação dos níveis de qualificação escolar; e c) erradicação da pobreza. Dimensões que, face ao diagnóstico efetuado, se revelam centrais em qualquer estratégia a desenvolver nestes territórios e que tenha em vista o reforço das economias locais e da coesão social, assim fortalecendo a sua integração na cidade de Lisboa.

A estratégia a adotar assume um conjunto de princípios e pressupostos metodológicos, entre os quais relevam as dinâmicas de integração. De facto, ao incorporar um espectro diverso e numeroso de entidades, que inclui organizações da Administração Pública, do setor privado e do Terceiro Sector, a Rede DLBC está em condições de desenvolver projetos assentes em ações integradas, que potenciam complementaridades de natureza institucional, para além do cruzamento e articulação, sempre que possível, dos domínios setoriais em presença.

Por outro lado, a estratégia assenta numa articulação virtuosa entre as intervenções comunitárias específicas

e a sua inserção numa visão de conjunto, à escala da cidade. O que potencia os mecanismos de enquadramento técnico, metodológico e de recursos capazes de ampliar e reforçar as potencialidades dessas intervenções locais de base comunitária. Aliás, sublinhe-se igualmente neste sentido o potencial que decorre da articulação e enquadramento das estratégias de desenvolvimento local com as políticas públicas municipais, nos seus diferentes domínios.

Em termos de intervenção social, pretende-se que a estratégia da Rede DLBC Lisboa aposte em operações de recorte emancipatório, que promovam uma efectiva ruptura com a reprodução geracional dos ciclos de pobreza e exclusão. É por essa razão, aliás, que se valoriza de forma particular – no âmbito da programação das ações a desenvolver – a inserção pelo trabalho, considerada como a forma mais decisiva e sustentável de inclusão social e que não deve dispensar, na sua abordagem, a articulação com os processos de educação e formação e de capacitação de segmentos mais vulneráveis da população.

É igualmente neste âmbito, sublinhe-se, que a dinamização dos tecidos económicos locais se revela essencial para a candidatura, dados os seus efeitos e implicações no aumento do emprego, na elevação de competências e na melhoria dos níveis de inclusão social. Mesmo tratando-se de territórios que apresentam situações profundas e persistentes de vulnerabilidade social, importa intervir sem ser essencialmente numa ótica de remediação e de compensação, agindo ao invés nos factores estruturais de pobreza, nos quais a economia local desempenha um papel da maior relevância.

De facto, face ao período de crise que atravessamos, dificilmente se pode falar de emprego no caso de pessoas com baixos níveis de qualificação e com idades críticas se o associarmos a trabalho por conta de outrem. Neste plano, nestes contextos, deveremos falar mais em “atividades profissionais” e não só em emprego convencional. A meta a atingir na EDL de criação de emprego tem aqui que ser vinculada a uma estratégia de progressão e de transição entre um mundo de “multiatividades” e de “modalidades flexíveis de ocupação profissional”, com uma contratualização e formalização de ocupação de um posto de trabalho em resultado do desenvolvimento de experiência e de competências profissionais.

Para esta abordagem torna –se assim crucial a dinamização da economia local a partir dos factores exógenos e da combinação dos elementos identitários locais com a inovação social. De forma particular na economia local, que tem sofrido da redução do investimento público mas também privado, deverá ser trilhado um caminho de captação de capital (financiamento convencional, micro crédito e também financiamento solidário e alternativo) e de competências “green skills” que cimentem modalidades de economia verde e circular, que impulsionem a transição energética e que favoreçam abordagens mais sustentáveis no desenvolvimento destes territórios. É na medida que a economia local cria dinâmica de envolvimento das comunidades locais em torno de legítimas expectativas de aumento do rendimento pessoal e familiar, que as competências coletivas e locais melhoram e que a exclusão é estruturalmente posta em causa e reduzida.

Assim, no âmbito do aumento dos níveis de emprego, sublinhem-se entre outras as estratégias orientadas para a elevação dos níveis de qualificação profissional; para o reforço das competências pessoais e sociais; para a dinamização dos tecidos económicos locais; para a agilização de mecanismos que propiciem o encontro entre necessidades das entidades empregadoras e a procura de trabalho; ou para o fomento de condições favoráveis à criação de negócios e ao empreendedorismo. Linhas de orientação dos projectos a desenvolver que se relacionam igualmente com o objectivo de erradicação da pobreza, no âmbito do qual as ações deverão necessariamente ser orientadas para o desenvolvimento de processos de capacitação e emancipação de indivíduos, famílias, grupos e das próprias comunidades locais. A elevação dos níveis de qualificação escolar deve apontar igualmente para a definição de estratégias locais e em parceria que conduzam à diminuição do abandono escolar precoce e ao aumento das taxas de escolarização e do sucesso educativo.

As estratégias de desenvolvimento a prosseguir em cada território, consolidando parcerias e identificando metodologias, abordagens e recursos, deverão posteriormente ser objeto de partilha e análise no quadro da própria Rede DLBC, tendo em vista uma reflexão que identifique e partilhe boas práticas, conceba mecanismos de transversalidade e maximização de potencialidades, a par da articulação com a definição de políticas à escala municipal, e que proceda a uma apreciação de conjunto, tendente a reforçar a estratégia comum de resolução dos problemas diagnosticados e permitindo acrescidamente identificar e atuar sobre os factores estruturais que estão na base da génese e segregação de territórios de exclusão social e urbanística. Nas diferentes áreas de atuação (educação, emprego e pobreza e exclusão social), estabelecem-se metas e objetivos mensuráveis, relativos às diferentes intervenções e que, no seu conjunto, permitirão concretizar e estabelecer os compromissos de cumprimento da meta central do projecto, relativa ao seu contributo para a redução dos desníveis de desenvolvimento social, económico e urbanístico, face aos valores médios observados na cidade de Lisboa, registados nestes territórios.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O conceito de comunidade(s) na Rede DLBC Lisboa é a expressão do conjunto das entidades composto (no local ou na cidade) por agentes públicos, privados empresariais, organizações do 3º setor e por cidadãos (indivíduo ou grupos).

No âmbito do 'instrumento DLBC', a Rede DLBC Lisboa - como estrutura associativa - regula formalmente a relação geral com os seus associados, e de modo particular, regulará o concurso de candidatura que abrirá para a realização de Operações e projetos nos territórios da "Carta BIP/ZIP". Neste âmbito específico, proporá que a participação da comunidade no desenvolvimento local urbano se operacionalize com recurso ao desenvolvimento de relações de proximidade que promovam efetivos espaços de interação e convivência entre os diferentes elementos da comunidade, e que progressivamente geram e cimentam 'a confiança' necessária à sustentabilidade dos processos e projetos em parceria. A esta atividade associa-se o desenvolvimento de estratégias de comunicação que informam em permanência '3 círculos' de atores-tipo na Comunidade – os implicados, os colaboradores e os ausentes.

A intencionalidade desta "anima" relacional local visa a capacidade das comunidades urbanas para co-gerir o desenvolvimento local, bem como para estabelecer relações multisetores e multiatores continuadas que espoletam e fomentam o exercício de mecanismos de co-responsabilização/decisão e de prestação de contas para compromissos formalmente assumidos pelo conjunto de protagonistas da comunidade local. Procuramos assim estimular/consagrar a participação efetiva das comunidades nos processos de desenvolvimento local de base comunitária, fomentando estruturas executivas locais (restritas ou alargadas) com representantes designados com a função de articular e integrar iniciativas a desenvolver no território, garantindo a concertação dos diferentes "interesses", e refletindo e avaliando o desenvolvimento dos processos on going.

Incentivaremos a utilização de modelos de participação democrática na forma de fóruns territoriais, por exemplo, e de modalidade diversa, nomeadamente, presenciais: assembleias comunitárias e/ou temáticas; consultivos: inquéritos e/ou outros métodos de apoio à decisão desenvolvidos particularmente por entidades chave na programação da cidade; plataformas online (Facebook; software de co-decisão - <http://liquidfeedback.org/>; ou outros em open-source que reduzam a clivagem entre decisores/cidadãos, representantes/representados e potenciadores do aumento da participação cidadã).

Localmente, este processo territorial pode orientar-se com o recurso a exemplo de algumas boas práticas que a cidade de Lisboa experimenta, nomeadamente, o modelo do Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP, CML) [1], o Plataforma de Ação Local de Marvila (PALM, Comissão Social de Freguesia) [2], os Projetos de Inovação Comunitária (PIC, AKF-PT e SCML) [3], as iniciativas sociais do "Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial" (GRACE) [4].

1] <http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar/melhoria-da-qualidade-de-vida-urbana-e-coesao-social/gabips>

[2] <http://rededlbcisboa.blogspot.pt/2015/07/marvila-apresentou-plataforma-de-accao.html>

[3] vide Anexo 'Rational PIC'

[4] <http://www.grace.pt/projetos>

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A estratégia de desenvolvimento local apresentada pela Rede DLBC Lisboa encontra-se estreitamente relacionada com as linhas orientadoras apresentadas nos diversos documentos que explanam as linhas de orientação da região de Lisboa para o período 2020, nomeadamente, de tornar a região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, conforme os princípios definidos na "Estratégia Regional Lisboa 2020". A escolha de um território de intervenção, composto pelo conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP) pretende seguir o objectivo de construir uma região coesa através do conhecimento da geografia dos factores de exclusão de modo a desencadear intervenções locais capazes de promover uma maior equidade social e territorial.

O desenho de intervenção local de implementação da EDL, fortemente ancorado em parcerias locais, de modo a reduzir fratura sócio-territorial da cidade de Lisboa através do desenvolvimento de acções locais, contribui, igualmente para o princípio de região conectada referido anteriormente.

Esta atuação será baseada na "inovação dos processos de gestão, na participação dos cidadãos, no controlo e avaliação dos resultados dos investimentos", apostando "na criação de mais-valias do funcionamento em rede" e na sinergia que estas trazem ao desenvolvimento local integrado e sustentável. As prioridades a que esta proposta de EDL dá resposta reforçam os princípios de "Qualificação Urbana", nas suas vertentes física, social e económica e dos "Recursos Humanos", através da qualificação de mão-de-obra e da promoção de um conjunto de capacidades culturais, técnicas e organizacionais, transversais a todas as atividades da vida

coletiva, fundamentais para o aumento da produtividade e da competitividade. No que diz respeito aos eixos estratégicos, é possível identificar importantes contributos da EDL no eixo da “Dinâmica Social - Uma Região centrada nas pessoas e na oferta de oportunidades que permitam processos de mobilidade social, de aumento de qualidade de vida e da equidade social” e da “Governabilidade - A governabilidade e a governança como uma nova cultura de governo e de administração da Região”. Segundo o “Programa Operacional de Lisboa 2020” (PO Lisboa), “o aumento de famílias em situação de privação material é apontado pelas Redes Sociais da Região como um problema emergente. Esta situação é especialmente evidente no acréscimo, em cerca de 66%, do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), no período 2007/2011. Este aumento situou-se muito acima do registado à escala nacional (21%) e elevou o número de beneficiários deste apoio para 3,9% da população residente na Região de Lisboa.”

Esta realidade encontra-se explicitada no diagnóstico desta EDL, onde é claro a incidência do desemprego e da presença das prestações sociais, nomeadamente, o RSI no conjunto da população reforçando o aumento da pobreza e da exclusão social dos grupos mais vulneráveis.

Neste seguimento, a implementação da EDL proposta identifica uma contribuição inequívoca para a prossecução da “Orientação Estratégica VII – Esbater a fragmentação do espaço metropolitano” onde se privilegia “o desenvolvimento de estratégias participativas e integradas, capazes de combater a elevada concentração de problemas ambientais, económicos e sociais que afetam as aglomerações urbanas”. Nos eixos prioritários, a EDL contribui maioritariamente para a prossecução do “Eixo Prioritário III- Coesão Social”, no princípio da “equidade e coesão sócio territorial”, traduzindo-se na criação de medidas de discriminação positiva de garantia da coesão social e territorial, através de parcerias para a regeneração urbana e de apoios à criação e desenvolvimento de serviços de proximidade em parceria com a comunidade local, de forma a “promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano”. No que diz respeito ao Objetivo Geral n.º1, a EDL contribuirá para o Objetivo Específico “Reforçar a Governança Regional”, especificamente na tomada de decisões em co-gestão com os agentes económicos, parceiros institucionais, locais e a própria comunidade no seio da dinâmica de parcerias locais já instaladas nos territórios BIP/ZIP.

A EDL proposta contribuirá igualmente para o cumprimento de um dos objectivos fundamentais do “Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)”, a “promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas”. Este contributo é especificado na implementação do domínio da visão estratégica do PROTAML, o “Domínio D - Dinâmica de Qualificação do Território e Coesão Social”, no subdomínio “D.2 – Estimular a vida de Proximidade / D.2.4 – Respostas Inovadoras e Integradas de Inclusão Social”. A sua implementação prevê o desenho de “operações integradas de desenvolvimento urbano e comunitário em bairros com grande vulnerabilidade social, que contenham projetos inovadores, com impacte estrutural e de capacitação dos indivíduos e das suas associações, com forte participação dos atores locais e centrados na durabilidade dos resultados e dos efeitos” e o apoio às “organizações locais para que estas possam contribuir para a capacitação dos indivíduos e das famílias, para a dinamização sociocultural e para a promoção de uma cidadania participada”.

Este aspecto encontra-se refletido no Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 que refere que a fratura socio-territorial presente na realidade socioeconómica regional é uma das prioridades da Área Metropolitana de Lisboa, destacando o papel central das intervenções de base local nos processos de inclusão social, referindo “(...) uma nova abordagem ao desenvolvimento local que a CE põe ao dispor dos Estados-Membros e das Regiões para o período de programação 2014-2020 e que visa promover, em territórios específicos, a concertação estratégica entre parceiros (...) trabalhando em conjunto para desenvolver e implementar uma estratégia de desenvolvimento local que responda às necessidades e oportunidades locais”.

Esta matéria deve ser analisada em complementaridade com a informação constataste na candidatura da fase de pré-qualificação.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Face à dimensão e à natureza desta EDL, e à diversidade dos problemas identificados no território e referidos no diagnóstico, o GAL irá elaborar cadernos de encargos para a abertura de concursos específicos para validação da autoridade de gestão em todas as tipologias de acção e medidas previstas para os DLBC Urbanos no PDR 2020. Desta forma, pretende-se abranger todas as tipologias de ação nos diversos territórios que compõem a EDL. Com a mesma finalidade, foram ainda criadas duas novas tipologias específicas, como se poderá constatar na tabela “Investimentos, Ações e Metas”.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Os objectivos subjacentes às acções do PDR elencadas consistem: a) No aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais Mais especificamente: 1. Aumentar os níveis de empregabilidade 2. Fomentar do empreendedorismo e do auto-emprego 3. Criar postos de trabalho 4. Reforçar níveis de integração sectorial nos tecidos económicos locais b) Na elevação dos níveis de qualificação escolar Mais especificamente: 1. Combater o abandono e insucesso escolar 2. Promover a aprendizagem ao longo da vida 3. Reforçar respostas educativas profissionalizantes 4. Fomentar mecanismos de articulação entre as escolas e a comunidade c) Na erradicação da pobreza Mais especificamente: 1. Conceber respostas sociais inovadoras 2. Qualificar as respostas sociais existentes 3. Fomentar respostas sociais integradas 4. Criar respostas em áreas sociais deficitárias Globalmente, a distribuição do investimento por fontes de financiamento aponta para um valor de 57% Fundo Social Europeu (FSE) e 43% do Fundo Europeu Desenvolvimento Regional (FEDER). Relativamente a indicadores de resultados a atingir, consulte-se a tabela “Investimentos, Ações e Metas”

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação de núcleos locais de economia circular, economia de malha local e economia social e verde	Aumento do emprego em empresas apoiadas	17,00	11,00	Postos de trabalho criados	17,00	11,00	923 076,91€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação de canais para "formalizar a informalidade" através i) da criação de registos locais de emprego informal; ii) da criação de soluções inovadoras para a qualificação/formação dos públicos sem acesso a ela (exemplo do 9 ano / RVCC); iii) para a viabilização do acesso ao emprego formal dos públicos sem acesso a ele (exemplo de cooperativas dos empregados informais e precários)	Aumento do emprego em empresas apoiadas	10,00	7,00	Postos de trabalho criados	10,00	7,00	576 923,07€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio ao empreendedo rismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Empresas que beneficiam de apoio	21,00	14,00	Postos de trabalho criados	6,00	4,00	346 153,85€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio ao empreendedo rismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Aumento do emprego em empresas apoiadas	12,00	8,00	Postos de trabalho criados	6,00	4,00	346 153,85€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio à criação de viveiros de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	Empresas que beneficiam de apoio	17,00	12,00	Postos de trabalho criados	5,00	4,00	288 461,54€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio à criação de viveiros de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	Aumento do emprego em empresas apoiadas	10,00	7,00	Postos de trabalho criados	5,00	3,00	288 461,54€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio	Empresas que beneficiam de apoio	24,00	16,00	Postos de trabalho criados	8,00	5,00	403 846,15€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio	Aumento do emprego em empresas apoiadas	15,00	10,00	Postos de trabalho criados	7,00	5,00	403 846,15€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Promoção e valorização económica do património cultural e natural	Empresas que beneficiam de apoio	17,00	12,00	Postos de trabalho criados	10,00	7,00	576 923,08€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Pequenas operações de qualificação do espaço público e de valorização do ambiente urbano de espaços urbanos de grande valor simbólico e comunitário	Empresas que beneficiam de apoio	17,00	12,00	Postos de trabalho criados	10,00	7,00	576 923,08€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Dinamização de estruturas empresariais inovadoras e competitivas, capazes de responder às novas formas de procura e promoção de novos caminhos para o escoamento de produtos, com a adoção de ciclos curtos de comercialização (e.g. farmers markets, hortas e pomares on line)	Empresas que beneficiam de apoio	21,00	14,00	Postos de trabalho criados	6,00	4,00	346 153,85€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Dinamização de estruturas empresariais inovadoras e competitivas, capazes de responder às novas formas de procura e promoção de novos caminhos para o escoamento de produtos, com a adoção de ciclos curtos de comercialização (e.g. farmers markets, hortas e pomares on line)	Aumento do emprego em empresas apoiadas	12,00	8,00	Postos de trabalho criados	6,00	4,00	346 153,85€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	Empresas que beneficiam de apoio	17,00	12,00	Postos de trabalho criados	10,00	7,00	576 923,08€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	24,00	16,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	100,00	100,00	436 363,64€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	4,00	3,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	436 363,64€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	4,00	3,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	436 363,64€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	3,00	2,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	100,00	100,00	581 818,18€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	3,00	2,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	581 818,18€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Apoio a ações de dinamização e capacitação do tecido associativo local e do associativismo jovem	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	7,00	5,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	1 163 636,36€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	3,00	2,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	581 818,18€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escola	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	3,00	2,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	581 818,18€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	6,00	4,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	1 018 181,82€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	21,00	14,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	100,00	100,00	1 163 636,36€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	18,00	12,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	100,00	100,00	509 090,91€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	6,00	4,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	100,00	100,00	509 090,91€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	6 000 000,00€
FSE	8 000 000,00€
Total	14 000 000,00€

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Os objectivos subjacentes às acções do PDR elencadas consistem: a) No aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais Mais especificamente: 1. Aumentar os níveis de empregabilidade 2. Fomentar do empreendedorismo e do auto-emprego 3. Criar postos de trabalho 4. Reforçar níveis de integração sectorial nos tecidos económicos locais b) Na elevação dos níveis de qualificação escolar Mais especificamente: 1. Combater o abandono e insucesso escolar 2. Promover a aprendizagem ao longo da vida 3. Reforçar respostas educativas profissionalizantes 4. Fomentar mecanismos de articulação entre as escolas e a comunidade c) Na erradicação da pobreza Mais especificamente: 1. Conceber respostas sociais inovadoras 2. Qualificar as respostas sociais existentes 3. Fomentar respostas sociais integradas 4. Criar respostas em áreas sociais deficitárias Globalmente, a distribuição do investimento por fontes de financiamento aponta para um valor de 57% Fundo Social Europeu (FSE) e 43% do Fundo Europeu Desenvolvimento Regional (FEDER). Relativamente a indicadores de resultados a atingir, consulte-se a tabela “Investimentos, Ações e Metas”

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Não aplicável.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A parceria constituída candidata a reconhecimento como Grupo de Ação Local (GAL), responsável pela elaboração e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), assume a forma jurídica de associação composta pelo conjunto alargado de parceiros, 137 associados dos 3 sectores (público, privado e Terceiro Setor), segundo as regras do concurso/programa DLBC, pelos seus estatutos e obrigações que venha a contratualizar com as autoridades de gestão dos programas de financiamento.

Neste modelo de Parceria, será a própria associação “Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa” e os seus órgãos sociais a assegurar a gestão da EDL contratualizada.

A estrutura central do GAL é exercida pelos Órgãos Sociais da “Rede DLBC Lisboa” que assumirão funções de promoção, gestão, monitorização e suporte aos projetos que, mediante procedimentos concursais, serão desenvolvidos por (sub)parcerias locais de entre os associados e outros eventuais beneficiários nos territórios da EDL.

A direção da “Rede DLBC Lisboa” é exercida desde a sua constituição em fevereiro de 2015 pela Comissão Instaladora eleita em Assembleia Geral e elegerá em outubro de 2015 os seus Órgãos Sociais para um primeiro mandato.

A Comissão Instaladora da “Rede DLBC de Lisboa”, formalmente responsável pela submissão da candidatura DLBC (Fase I e II) e contratualização da EDL pela Associação, será substituída nas suas funções, após o ato eleitoral, pelos corpos dirigentes da “Rede DLBC de Lisboa” e respetivos titulares, enquanto “Órgão de Gestão” do GAL.

A futura “Estrutura Técnica Local” deverá ser composta por técnicos nas áreas do DLBC selecionados por concurso público e suportar o “Órgão de Gestão” nas funções de promoção, capacitação, formação, animação, monitorização, avaliação e suporte técnico aos projetos financiados no âmbito da prossecução da EDL.

Neste modelo organizacional, a avaliação dos projetos a financiar terá que ser sempre efetuada por um “Júri de peritos independentes” do Órgão de Gestão para cada concurso no âmbito da prossecução da EDL.

A Comissão Instaladora opta pelo preenchimento da tabela referente à “Estrutura Técnica Local” apenas com carácter de demonstração da capacidade instalada (recursos técnicos e de gestão) nesta rede associativa para o desenvolvimento social urbano liderado pelas comunidades.

Em anexo a esta candidatura constam as tabelas solicitadas, os estatutos da Rede DLBC Lisboa que suportam o modelo de governação da associação.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O acompanhamento de projetos, tendo em vista uma monitorização e ajustamento que assegure o cumprimento das metas e objetivos da EDL contratualizados, explora e beneficia da dimensão e natureza particular da Rede DLBC Lisboa. Isto é, só numa EDL com esta dimensão territorial e com este número de parceiros se verifica uma capacidade crítica e colaborativa, quer no território, quer no número de projetos financiados, quer na extensão temporal da execução da EDL, permitindo a correção dos projetos em curso através do suporte técnico e da troca de experiências entre projetos idênticos, mas também a correção dos «cadernos de encargos» de concursos no mesmo domínio de intervenção, em edições subsequentes.

Procura-se garantir, desta forma, uma completa monitorização dos projetos financiados, através da triangulação de três abordagens complementares:

1. A Monitorização Interna, realizada pela equipa técnica da rede, no acompanhamento permanente dos projetos em curso;
2. A Monitorização Externa Independente, efetuada pelo mesmo júri que avalia as candidaturas e que é composto por peritos/representantes de entidades não beneficiárias da EDL da Rede DLBC Lisboa, incluindo organizações congêneres de outros territórios e entidades públicas com responsabilidades nas áreas de Ação da EDL (vide exemplo de funcionamento do júri dos programas BIP/ZIP do município de Lisboa).
3. A Monitorização Comunitária, realizada nos territórios abrangidos pela EDL através de inquérito regular de satisfação aos cidadãos/comunidades locais, por exemplo, em plataforma eletrónica associada a serviço gratuito de acesso à internet.

Estas três formas complementares de monitorização permitirão ao GAL o atempado conhecimento e alerta sobre o grau de cumprimento dos objetivos e metas de cada projeto financiado. Assim, será possível verificar permanentemente o grau de cumprimento do cronograma de execução de cada projeto, das suas metas e objetivos, definidos no respetivo caderno de encargos do concurso e que possa fundamentar eventuais intervenções de reajustamento à EDL.

O Órgão de Gestão ficará dotado de conhecimento que lhe permita promover as intervenções que possam assegurar as correções necessárias aos projetos em curso, tendo em vista o cumprimento dos resultados contratualizados por três formas complementares:

1. Promover a troca de experiências entre os promotores de projetos semelhantes, designadamente entre projetos bem sucedidos e projetos deficitários;
2. Ajustar o foco e a dimensão do suporte técnico da Rede aos projetos com dificuldades de implementação;
3. Permitir à Rede DLBC Lisboa corrigir e melhorar o desenho dos cadernos de encargo para edições subsequentes de concursos, tendo em conta a experiência e avaliação dos projetos anteriores.

A Rede DLBC Lisboa considera a monitorização de diversos parâmetros de forma transversal às diferentes temáticas para verificar os resultados contratualizados em candidatura, sem prejuízo da inclusão de diferentes metodologias de acompanhamento e avaliação das operações.

Na composição dos seus Órgãos Sociais, a Rede criará dois organismos – a Estrutura Técnica Local e o Conselho Consultivo Estratégico – para apoiar os atores (das comunidades de intervenção, dos associados), no exercício da facilitação e mediação de práticas de cogovernança, privilegiando práticas de gestão adequadas a estratégias e resultados comuns no território.

Estes organismos da “Rede DLBC Lisboa” acompanham a execução das operações aprovadas, estabelecendo a interação com as iniciativas de base local (equipas localmente constituídas) para apoiar, supervisionar, formar e capacitar as equipas de parceria na prossecução dos objetivos, metas e resultados da EDL.

Para assegurar as atividades de animação e acompanhamento da EDL, serão realizados processos de diálogo estruturado com as parcerias promotoras de projetos. As propostas de atividades de animação serão adaptadas às realidades locais, facilitando a relação e as interações de proximidade entre múltiplos e diferentes atores/sectores da comunidade.

A dinâmica de monitorização das operações aprovadas, e do seu compromisso com objetivos e metas, possibilita a ponderação de ações e instrumentos úteis ao acompanhamento da EDL. Para garantir que as propostas cumprem os objetivos e metas, será definido um calendário com metas e objetivos intercalares a atingir e que serão verificados pela estrutura técnica da Rede, que poderá: propor alterações para atingir os resultados contratualizados, bem como mecanismos de reajustamento; Desenvolver uma bateria de

indicadores associados às componentes desenvolvidas pelas iniciativas de base local; Implementar um Sistema de Monitorização e Avaliação.

Para além desta ações, pretende-se associar-lhes o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação (local, comunitária) que divulgue ações (presentes ou futuras); que mobilize, envolva, implique a Comunidade nas operações de iniciativa local; que informe todos periodicamente, sobretudo os que se encontram mais distantes/ausentes dos processos colaborativos associados a dinâmicas na comunidade.

Documentos

Nome	Tipo	Data de Criação
DeclaracoesParceiros41a70.zip	Protocolo de parceria	27/07/2015 07:10
DeclaracoesParceiros71a133.zip	Protocolo de parceria	27/07/2015 07:10
Estatutos&ActaAG.zip	Protocolo de parceria	27/07/2015 07:09
MODELO DE GESTÃO.pdf	Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	27/07/2015 05:32
Anexo à tabela Investimentos Ações e Metas.pdf	Outros	27/07/2015 08:15
DeclaracoesParceiros1a40.zip	Protocolo de parceria	27/07/2015 07:10
Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-047.pdf	Comprovativo	27/07/2015 09:49
EXPERIENCIA DA REDE.pdf	Outros	27/07/2015 05:35

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	REDE DLBC LISBOA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE LISBOA	NIF	513417010
Submetido por	Rui Neves Bochmann Franco	NIF	212472216
Data de Submissão	27-07-2015		